



GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO POLÍTICA DE GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO LARGO: A MATERIALIZAÇÃO DA META 19 DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES

Javan Sami Araújo dos Santos¹
Simone da Costa Silva²
Maria Rivânia Tenório de Holanda Souza³
Rita de Cássia de Oliveira Barros⁴
Élida Campos Moraes Cavalcante⁵
Vanessa Sátiro dos Santos⁶

RESUMO

O presente trabalho partiu da necessidade constatada quanto à ampliação dos impactos da Meta 19 e suas estratégias, no vigente Plano Municipal de Educação (PME) de Rio Largo. Estudos sobre os caminhos da gestão democrática e participativa na rede pública municipal de Rio Largo, relacionada ao tema da atuação dos Órgãos Colegiados na Educação para a democratização do Sistema de Ensino, ainda é uma temática pouco explorada no âmbito técnico profissional, e quiçá não dizer academicamente. Estudos de Santos (2012) mostram que no Estado de Alagoas, as experiências com a Gestão Democrática na Educação, aconteceram em sua capital Maceió, em 1993, com uma política implantada no modelo de gestão educacional democrático, e se estendeu à rede pública estadual de ensino em 1999 (CRUZ NETO, 2008). Logo, partindo da legislação do PME de Rio Largo, de nº. 1.712 de 23 de junho de 2015, houve a precisão, em 2022, na Conferência Municipal Popular de Educação, apreciar os reflexos da Meta 19 do PME na capacidade participativa dos Órgãos Colegiados no processo de gestão educacional. Metodologicamente o texto é de natureza qualitativa, de estudo bibliográfico e apresenta, mobilização e participação, enquanto pilares legitimadores da atuação dos Órgãos Colegiados de/para a Educação de Rio Largo, envolto no princípio democrático que fortalece a ação dos conselheiros no cumprimento legal de suas funções. Sendo assim, em conformidade com a Meta 19 e suas estratégias, que versam exclusivamente da Gestão Democrática na Educação de Rio Largo, podemos afirmar que os Órgãos Colegiados andam em consonância com as leis e os regimentos que os estabelecem, dependendo de sua natureza e função, como mecanismos e espaços de participação, agregando assim, a mobilização, a fiscalização, a normatização e o controle social.

Palavras-chave: Gestão Educacional, Participação, Meta 19 do Plano Municipal de Educação.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, javansami@hotmail.com;

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, simonecostaufal@gmail.com

³ Mestra em Ciências da Educação pela Faculdade Integradas - FIAVEC, rivaniatholanda@hotmail.com;

⁴ Especialista em Gestão pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ritaoliveiracmf@gmail.com;

⁵ Especialista em Gestão pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, elidapereiracampos@gmail.com

⁶ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, vanessasatiro82@gmail.com